

RECURSOS PESQUEIROS DA PARAÍBA

*José Ferreira de Andrade**

Resumo: A população oriunda da agricultura terá papel crucial nas próximas décadas, pois as capturas de recursos pesqueiros estão próximas ao limite de exploração sustentável. Há três mil anos, o homem passou de caçador de animais e coletor de vegetais a pastor e agricultor; hoje, os pescadores estão aprendendo que também podem se tornar produtores aquáticos de ambientes continentais marinhos. Com espaço, clima e espécies favoráveis ao cultivo, o Brasil poderá ser um dos maiores produtores de pescado cultivado no mundo.

Palavras-chave: Cadeia produtiva. Comercialização. Impactos ecológicos.

Abstract: The population that originated from agriculture will have a crucial role in the next decades, given the fact that the fish resources are near the limit of sustainable exploration. Three thousand years ago mankind went from hunting and collecting to agriculture and herding; nowadays the fisherman are learning that they too can become aquatic producers of continental sea environments. With sites, climate and species that favour the growing, Brazil can become one of the greatest cultivated fish producers in the world.

Keywords: Productive chain. Marketing. Environmental Impacts.

* Mestrado na USP e Doutorado na Universidade de Toulouse (França). Professor de Direito Agrário e Coordenador de Pesquisa de Iniciação Científica em Direitos Fundamentais no Unipê.

1 Introdução

Na história da pesca, Diegues (2004) descreve com clareza o funcionamento da atividade pesqueira salientando que, na Idade Média, a pesca do arenque foi responsável pelo florescimento das cidades e portos do Mar do Norte e da Mancha; as cidades do norte da Espanha viveram, por vários séculos, da captura da baleia; durante a Idade Moderna, a partir do séc. XV, a pesca do bacalhau fez viver muitas cidades litorâneas de Portugal e da França; na Inglaterra, o proletariado era alimentado com peixe e batata no período da revolução industrial.

Há no mundo cerca de 10 milhões de pescadores artesanais, responsáveis pela quase metade da produção pesqueira, seja em águas costeiras, litorâneas ou águas interiores. Em alguns continentes, como a Ásia, sua importância é crucial como fonte de proteínas barata, pois alimenta cerca de 1 bilhão de indivíduos (FAO¹, 2007).

No Brasil, durante a época colonial, o bacalhau salgado, importado da Europa, era alimentação básica dos engenhos do Nordeste; também no Brasil, as populações indígenas e, posteriormente, inúmeras comunidades de pescadores artesanais dependem de peixes encontrados nos estuários e no oceano: corvina, atum, cioba, sardinha, tainha e parati, dentre outros.

A pesca no Estado da Paraíba é uma atividade econômica e socialmente importante no tocante ao número de empregos diretos e indiretos que oferece e à oferta de proteína de origem animal. Apresenta importantes áreas estuarinas, caracterizadas pela presença de mangues e da pesca artesanal.

2 Aspecto histórico

Na Idade Média, a atividade pesqueira teve grande desenvolvimento a ponto de o peixe ou o óleo de peixe ser usado como moeda de troca entre senhores e camponeses. Alguns autores identificaram dois momentos. No princípio, a pesca realizava-se nos feudos:

¹ FAO (Food and Agriculture Organization – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). Agência internacional ligada à ONU, fundada em 1943 e sediada em Roma. Tem por objetivo elevar os níveis de nutrição de todo o mundo.

[...] constituindo-se em uma atividade ligada à agricultura e praticada, sobretudo nos lagos, lagoas e zonas costeiras. A pesca e a fabricação de rede também foram atividades econômicas incentivadas pelos monges, possivelmente para atender o consumo crescente dos cristãos. (DIEGUES, 1983, p.14).

Posteriormente, a pesca difundiu-se nas cidades medievais, nomeadamente na França e na costa do Adriático. No entanto, na Alta Idade Média a atividade também era intensamente praticada na Escandinávia, Inglaterra e por toda a costa europeia. Fato digno de nota era a pesca de cetáceo no Golfo da Gasconha, pelo povo Basco, que daí retirava azeite e carne.

Os estuários e pequenas baías tinham igualmente sua importância, pois, desde então, usavam uma técnica conhecida hoje como “viveiros”, que aprisiona os peixes, mas o próprio fluxo da maré os alimenta.

Na costa da Guiné, segundo Diegues (1983), durante o séc. XVI, a pesca se realizava no interior das estruturas tribais e comunitárias, e cabia aos pescadores entregar um tributo aos reis, de sua comunidade; este tributo equivalia a 1/5 dos peixes capturados no mar.

A partir do séc. XVI, a atividade pesqueira na área em questão tomou um caráter comercial, uma vez que ela, desde então, se articulou com o movimento expansionista europeu verificado nos primórdios da época moderna.

3 Pescadores no contexto escravista

No Brasil, desde os primórdios da colonização, a pesca representa uma atividade importante como fonte de alimento. O país destacou-se como grande consumidor de peixe, vindo do comércio com a Coroa.

Com a exploração de escravos na pesca do Nordeste passou a atingir, também, áreas rurais a partir do séc. XVII, articulando intensamente campo e cidade no período colonial. Segundo Silva (1988), no estado da Paraíba, por exemplo, havia vários proprietários de escravos que “fazem vida somente da pesca e nela empregam escravos. Pescam de agosto a fevereiro uma espécie chamada teyenkes (tainhas) [...] e todos os moradores da terra dela se alimentam, e sem isto os

engenhos não poderiam manter-se”. Como se pode observar, da atividade exclusiva desses pescadores escravos dependia o consumo nos engenhos. Nesse sentido, na primeira metade do séc. XVII estavam “as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem o que têm) providas de todo o necessário, porque têm escravos, pescadores e caçadores, que lhe trazem a carne e o peixe”.

No séc. XVIII, Antonil² (1711) dava conta de que:

Servem ao senhor do engenho, em vários ofícios, além dos escravos de enxada e foice que têm nas fazendas e na moenda, e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa, ou ocupados em outras partes, barqueiros, canoieiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. (p. 84-86).

Desse modo, conforme Silva (1988), o negro escravo permaneceu sendo explorado, vendido, trocado, alugado e anunciado em jornais até o séc. XIX. Em agosto de 1829, o Diário de Pernambuco anunciava a venda de um “negro canoeiro, pescador de rede tanto pequena como de tresmalho”. O mesmo jornal, ainda, anunciava, em abril de 1836, que estava à venda na Rua da Praia, no Recife, um “moleque de nação rebolo, de 18 anos, bom canoeiro e camaroeiro (pescador de camarão), e bonito, sem achaque algum”.

De acordo com a forma dominante da produção pesqueira no contexto escravista:

Na vigência do escravismo colonial, eram principalmente pessoas que exerciam exclusivamente a atividade pesqueira que abasteciam os engenhos e lavouras com o pescado, tendo os escravos dos engenhos

² ANTONIL, André João, nome com que é conhecido Giovanni Andreoni (Lucca, Itália 1650 – Bahia, 1716), jesuíta italiano, que esteve no Brasil a partir de 1668. Publicou, em Lisboa, o livro **Cultura e Opulência do Brasil** (1711). Esta obra exaltava tanto as riquezas brasileiras que foi proibida pela Coroa, sob a alegação de que poderia despertar cobiça. Foi apresentada por André Mansuy, como Tese de Doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris, em 3 de abril de 1965.

apenas uma atividade complementar àquela forma de obtenção de alimentos (SILVA, 1988, p. 46).

4 A vida vem do mar

Até recentemente, o mar era entendido, exclusivamente, como parte do mundo natural, marcado pela existência dos fluxos das marés e habitado por seres vivos não-humanos.

As formas de vida aquática, animal e vegetal, utilizadas na alimentação e na indústria, são as mais variadas e pertencem, na maioria, aos grupos animais. Os animais de inúmeras espécies que vivem na água que servem de alimento ao homem:

Entre os mamíferos podem ser citadas espécies estritamente aquáticas, como baleias, cachalotes, focas, peixes-boi, bem como outras que vivem boa parte do tempo em solo firme, embora extremamente dependentes da água, como é o caso da lontra, da capivara etc. A maioria desses animais é procurada não só pela carne, mas também por sua pele, pelo óleo (usado como combustível) e até por substâncias de uso industrial mais restrito. O *espermacete*, retirado da cabeça do cachalote, ou o *âmbar gris*, produzido pelas baleias e que constitui precioso elemento utilizado como fixador, na indústria de perfumes, são exemplos disso. Essas espécies, dada sua grande procura, acham-se em via de extinção, sendo objeto de proteção legal (caso de peixe-boi ou *manati*), ou de convenções internacionais, como, por exemplo, as baleias. (DIEGUES, 1983, p. 47).

Na verdade, o que se sabe sobre os mares é fruto de um acúmulo de informações desde que o homem primitivo começou, da terra, a observar o mar e os seres que nele viviam. Pretende-se mesmo enfatizar cada vez mais uma visão do conhecimento das comunidades

de pescadores artesanais em que:

O mar é considerado uma entidade viva por inúmeras populações marítimas que mantêm com ele um contato estreito e dele retiram sua subsistência. Essas populações humanas têm uma percepção complexo do meio marinho e seus fenômenos naturais. De um lado, há um vasto conhecimento empírico adquirido pela observação continuada dos fenômenos físicos e biológicos a serem explorados pela chamada etnociência marítima. De outro lado, as explicações para tais fenômenos também passam pela representação simbólica e pelo imaginário dos povos do mar. (DIEGUES, 1983, p. 47).

Com o surgimento das empresas pesqueiras, começa a surgir também uma subordinação do pescador artesanal à grande pesca, no sentido de fornecimento de mão de obra para trabalhar nos grandes barcos, implicando no desaparecimento do pescador artesanal e no surgimento de um pescador proletário, com a exploração da força de trabalho.

O fato de os pescadores constituírem um mundo à parte, passando semanas longe da terra, dificulta também a formação de uma consciência de classe. Esse baixo nível de sindicalização coloca os proletários do mar entre os grupos de trabalhadores mais explorados, como se pode observar pelos informes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As longas e estafantes horas de trabalho, o isolamento da família, a inexistência de inúmeros benefícios sociais já conseguidos por outras categorias de trabalhadores, são alguns elementos que marcam a dureza da vida no mar.

5 A pesca da baleia

No séc. XI surgiram as primeiras corporações ou confrarias de pescadores que organizavam a atividade pesqueira no norte da Espanha, e muitas foram as cidades que viveram por vários séculos da captura da baleia.

A princípio, Varnagem (s.d., p. 21, [v.5], apud SILVA, 1988,

p. 54):

A pesca da baleia foi introduzida no Brasil em 1602, pelo biscainho Pedro Urecha que, vindo de Portugal como proprietário de dois barcos de pesca, instalou-se na Bahia. Juntamente com outros pescadores de Biscaya, no intuito de suprir uma grande demanda de azeite que se fazia sentir na Bahia, Urecha, obteve grandes proventos em sociedade com o francês Julien Michel.

Poucos anos depois, devido à regularidade da atividade baleeira, bem como a sua possível lucratividade, o Estado metropolitano a transformou em fonte de receita, arrendando-a a novos empreendedores, através de contrato da pesca pelo período de sete anos.

Daí por diante, Myriam Ellis, no seu ensaio sobre a baleia no Brasil colonial retrata que:

Em função da instituição do contrato de pesca da baleia, organizaram-se as Feitorias de Pesca, como as de Búzios (Rio de Janeiro), Itaparica (Bahia) e Piedade (Santa Catarina). As feitorias eram as instalações do empreendimento baleeiro onde se depositavam as fornalhas, tanques, caldeiras, embarcações, apetrechos de pesca e de manufatura do azeite e demais instrumentos necessários à execução de tal atividade de pesca. As feitorias, entretanto, não eram organizadas nem financiadas pela Coroa e, sim, por particulares. À Coroa cabia, apenas, outorgar o monopólio da pesca a estes mesmos particulares, por cada zona da costa brasileira (1969, p. 161).

Na Paraíba, segundo Cavalcante Filho (1981, p.76), “as atividades da pesca da baleia [...] tiveram início em 1912”. Ainda conforme o autor, a partir desse dado, tudo leva a presumir que a comunidade de Lucena tenha se estabelecido a partir da organização da

atividade da pesca e beneficiamento do cetáceo.

Todavia, só a partir de 1957, com o apoio integral do governo brasileiro, foi que a atividade se consolidou como empresa. A empresa localizava-se na praia de Costinha, defronte ao Porto de Cabedelo/PB.

Como bem relata Cavalcante Filho (1981, p.76), para a escolha desse lugar:

Diversos fatores influíram na localização do parque fabril, salientando-se que essa escolha feita em 1912 pelo armador Julius Von Shosten, atende ainda hoje aos requisitos fundamentais para efetivação da operação de pesca. A protuberância litorânea apresentada pela Paraíba, no contorno oriental brasileiro, torna a base de pesca mais próxima da área preferida pelos cetáceos para o acasalamento, reduzindo o tempo de vegetação e, consequentemente, os custos de operação. Face à temperatura da água, com 27° C, é a faixa marítima na qual mais as baleias se aproximam da costa.

E, continua Cavalcante Filho (1981), ao longo de mais de 70 anos, as tripulações dos barcos da estação baleeira caçaram aproximadamente 22 mil baleias, segundo dados da Companhia de Pesca do Brasil (COPESBRA), empresa nipo-brasileira que administrou a unidade a partir de 1958 até 1987, quando houve a proibição da pesca. Porém, a matança pode ter sido bem maior, pois antes a empresa havia pertencido a grupos do Brasil, França e Noruega e não existem registros da quantidade de animais capturados.

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), era uma ponte interligando os municípios de Cabedelo a Lucena (2008, p. 152):

Enquanto para os ecologistas o funcionamento da estação baleeira de Costinha representava uma ameaça de extinção aos vários tipos de baleias que vinham do Polo Sul em busca de águas quentes do litoral nordestino, para a

população de Lucena à caça dos cetáceos (baleias) significava uma importante fonte de renda e emprego, atraindo trabalhadores de várias cidades.

E, continuando, o referido relatório (2008, p.152) ainda informa que:

A quantidade de baleias caçadas por temporada variava. Inicialmente eram 300 exemplares capturados durante a temporada de pesca que ia de julho a dezembro. As cotas foram subindo para 500, 700, 900, chegando até 1100 animais mortos numa única estação. Esses números decaíram pouco antes da proibição da caça à baleia, um reflexo da retração da população desses animais. As espécies mais caçadas foram a Minke, a Sei e Jubarte.

6 Pesca e aquicultura

Em termos de Pesquisa de Iniciação Científica (UNIPÊ, 2009), tenta-se mostrar que este tópico está focado na pesca e aquicultura, sendo limitada aos municípios paraibanos de Cabedelo e Lucena.

A pesca é toda a operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros, que são os animais e vegetais híbridos passíveis de serem explorados e estudados.

Desse modo, os tipos de pescados comercializados na região são o camarão, caranguejo, siri, sururu, ostra, marisco, além de diversas espécies de peixes encontradas no estuário e no oceano, como corvina, atum, cioba, sardinha, tainha.

Aquicultura, por sua vez, é a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada à atividade agropecuária.

Existem várias modalidades de aquicultura: piscicultura, carcinicultura, malocultura, entre outras.

Dentre essas modalidades, a de maior destaque na região é a carcinicultura, que é a técnica de criação de camarões em viveiros. Essa atividade se desenvolveu principalmente no Nordeste devido à alta

rentabilidade econômica, elevada produtividade e fácil adaptação.

Além de representar a alternativa para atender a crescente demanda mundial por camarões, por ser um alimento que possui alto valor nutritivo, constitui uma importante atividade sócio-econômica, na qual traz reflexos positivos. Na economia, por ser uma atividade que pode ser conduzida com bom nível de eficiência de emprego de capital por pequenos, médios e grandes produtores. No aspecto social, por empregar mão de obra não especializada, representada pelos próprios pescadores artesanais. No aspecto ecológico, por ser uma atividade que se relaciona com a conservação do meio ambiente, já que para implantá-la a região deve possuir condições hidrobiológicas favoráveis.

A carcinicultura também traz aspectos negativos: comprometimento dos processos ecológicos causando desequilíbrio no ecossistema; desmatamento; poluição hídrica; ameaça à saúde dos trabalhadores devido ao uso de produtos na conservação dos camarões; privatização de áreas onde a população tradicional coletava o seu alimento.

Essa atividade é realizada de duas maneiras nas regiões de Cabedelo e Lucena:

A primeira é através de instalação de piscinas artificiais em terrenos arenosos, com a conseqüente supressão da vegetação nativa dos manguezais. O impacto imediato é sentido em curto, médio ou longo prazo, pois, por tratar-se de intervenção agressiva, afeta o equilíbrio biótico das demais espécies habitantes, bem como retira uma barreira natural às altas marés, podendo ocasionar impactos nas populações humanas próximas. Além disso, os efluentes dos viveiros provocam a contaminação das águas por fungicidas. Outro problema é a salinização dos lençóis freáticos, impossibilitando o consumo por parte das populações ribeirinhas. Além da salinização dos lençóis freáticos, ocorre também a salinização do solo nos arredores das fazendas, impossibilitando a agricultura nesses locais.

A outra maneira é através de currais, que são feitos em pedaços do mar, usando a água estuarina; esse modo não degrada muito o meio ambiente, já que se aproveita o mangue, além de a água já estar restrita ao seu local natural.

7 Política de desenvolvimento sustentável

Na Paraíba, o acesso aos recursos pesqueiros como direito de todos, objeto voltado para o desenvolvimento sustentável, se estabelece em áreas de mangue. O mangue tem uma denominação dada, segundo Alan Block (1987, p. 1085), como “região ecológica constituída de

alagado próximo ao litoral e frequentemente invadida pelas marés altas, o que condiciona a salinidade da água”.

No X Encontro de Iniciação Científica (UNIPÊ, 2009) foi dito pela apresentadora em dinâmica de grupo, representante da “linha de pesquisa agroambiental”, Tássia Félix D. Araújo, que “o mangue é um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestres e marinhos” (ARAÚJO, apud IBGE, 2004, p. 206). O município de Cabedelo possui aproximadamente 515 hectares de manguezal, ambiente aproveitado para a coleta de caranguejo, ostra, sururu, pesca e outros. Baseado no último cadastro realizado em 2006 pela Secretaria de Pesca e Meio Ambiente (SPMA), cerca de 690 famílias tinha ligações com a pesca no município e era filiada à Colônia de pescadores Z2, seja como caranguejeiros, marisqueiros, pescador artesanal e pescador profissional (PESQUISA DE CAMPO³, 2009).

Geralmente, quem trabalha nessas áreas de mangue são as mulheres. A atividade não necessita de força, e sim de técnica, para ajudar na renda da família, enquanto o marido pesca.

Em Lucena a quantidade de pessoas ligadas à pesca, entre regulares e irregulares, é por volta de 1200 pessoas, mas, regulamentadas (com a documentação em dia, assinado carteira) pela Secretaria de Aquicultura e Pesca (SEAP), tem-se 824 pescadores cadastrados (PESQUISA DE CAMPO, 2009).

Para obter renda mesmo nos dias em que a maré não está boa para pescar, o pescador exerce outras funções, como de pintor, pedreiro, entre outras.

Tanto na região de Lucena, como na de Cabedelo existem colônias de pescadores. A colônia regulamenta o pescador e sua família; traz benefícios previdenciários, para ter direito ao INSS: direito ao auxílio maternidade, auxílio funeral, auxílio saúde, aposentadoria. Essas entidades recebem recursos diretamente de seus filiados, que geralmente não ganham benefícios por parte do Governo Federal, a não ser quando este realiza algum projeto.

Também é garantido para os pescadores o “seguro defeso da lagosta”, que é a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentes.

As prefeituras desses dois municípios apoiam a pesca local através de suas secretarias, propondo programas e ações que viabilizam

³ Esses dados referenciais têm como fonte a *pesquisa de campo* realizada em 25 de setembro de 2009, para o *Projeto Água* (em andamento), no Unipê, por meio de entrevistas centradas nas instituições de pesca e fazendas, meio ambiente, secretarias municipais e colônias de pescadores, coordenadas pelo autor.

o cultivo de espécies comerciais, assim como melhorando as condições de trabalho dos pescadores. Formalizando convênios de cooperações entre instituições da área, com fins de capacitar os pescadores, inserindo-os no mercado de trabalho (PESQUISA DE CAMPO, 2009).

Recentemente, o governo federal, junto com o setor produtivo e a sociedade civil, elaborou o “Mais pesca e aquicultura”, plano de desenvolvimento sustentável, com o intuito de consolidar uma política federal para inclusão social e contribuir para segurança e soberania alimentar do país (Lei nº 11.959/2009).

As diretrizes do plano contam com diversas linhas de ações.

Inclusão social: promover a cidadania e melhoria de renda dos trabalhadores desse setor, elevando a escolaridade e qualificação do pescador. Também aprofundando no processo de valorização da pesca e das culturas populares tradicionais. **Estruturação da cadeia**

produtiva: implantação de políticas de fomento e de desenvolvimento da atividade, sendo necessária para estruturação a pesquisa, o crédito, o ordenamento e a fiscalização. **Fortalecimento do mercado interno:** estimular o consumo do pescado, visando educação e qualidade de vida.

Sustentabilidade ambiental: estimular o desenvolvimento sustentável do setor, garantindo o princípio da preocupação e a aplicação de tecnologia e espécies adequadas no país. **Territórios:** planejar, dinamizar e implantar mecanismo de fomento e desenvolvimento de regiões com grande potencial para a inclusão das atividades de pesca e aquicultura. **Organização do setor:** fazer a participação social com a meta de transformá-la em parte integrante da política de Estado para o setor, além de fortalecer o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAP), conforme Lei nº 11.959/2009.

Apesar dos projetos, o futuro da pesca é preocupante, uma vez que o estoque de algumas espécies vem diminuindo ano a ano e, cada vez mais, os pescadores precisam se deslocar para mais longe em busca dos poucos peixes que ainda restam, resultando em mais gastos e tempo para conseguirem pescar a mesma quantidade de anos atrás. A ideia de que os recursos naturais marinhos são inesgotáveis é totalmente equivocada. O extrativismo exagerado, ou seja, a cultura de retirar sem deixar que a Natureza se recomponha, aliado à poluição do mar, são os principais fatores responsáveis por esta realidade.

8 Considerações finais

Para pesca e aquicultura nos moldes do desenvolvimento sustentável, é preciso respeitar os períodos de produção das espécies, estabelecer contas de capturas, haver o controle e fiscalização constante dos pescadores e embarcações, determinar o seguro defeso de outras espécies, além da lagosta (no nível estadual), tendo em vista o tempo certo para a reprodução e abastecimento adequado dos recursos pesqueiros.

Para a carcinicultura utilizam-se regiões de manguezal. Estudos recentes evidenciam que a pressão sobre o ecossistema do mangue, em atendimento às exigências de instalação de piscinas, tem comprometido o equilíbrio ecológico. A introdução de espécies exóticas, entendidas como não nativas das regiões em que se encontram, representa risco significativo ao equilíbrio ecológico preexistente, atrelado à falta de controle.

No plano de governo, o mais importante é consolidar uma política de estado criando estabilidade institucional e garantindo a continuidade das políticas, fazendo programas estruturantes da cadeia produtiva, ampliação de investimentos, entre outros, e principalmente a concepção de gestão que articula toda a atividade produtiva.

A elaboração de um verdadeiro plano de pesca artesanal deve definir claramente seus objetivos e metas de forma quantitativa, estratégias a seguir, bem como as políticas de apoio (de crédito, assistência técnica, conservação dos recursos vivos), em estreita colaboração com os pescadores artesanais.

Referências

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas** (texto da edição de 1711, tradução francesa e comentário crítico por Andrée Mansuy). Paris: IHEAL, 1968.

BLOCK, Alan et al. **Grande dicionário enciclopédico escolar** (copyright mundial Elsevier Publishing. Lausanne/Suíça). São Paulo: Nova Cultural, 1987. (6v.).

BRASIL. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste**. Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do litoral do Nordeste. Tamandaré/PE: CEPENE, 2004.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vocabulário**

básico de recursos naturais e meio ambiente. 2ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

_____. **Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Brasília: DOU, 2009.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Os jangadeiros.** Rio de Janeiro: MEC, 1957.

CAVALCANTE FILHO, Antônio. **A pesca da baleia na Paraíba e sua repercussão econômica social no município de Lucena.** Dissertação (Mestrado em Economia). Campina Grande: UFPB, 1981.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A pesca construindo sociedades:** leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil colonial.** São Paulo: Melhoramentos, 1969.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem.** São Paulo: Cia Edit. Nacional, 1989.

OLIVEIRA, Geovânio Milton. (Org.). **Pesca e aquicultura no Brasil, 1991-2000:** produção e balança comercial. Brasília: IBAMA, 2005.

RAMOS, E. **Subsídios para uma melhor definição do pescador artesanal brasileiro.** São Paulo: Inst. Oceanográfico/USP, 1977.

SILVA, Luiz Geraldo. **Caiçaras e jangadeiros:** culturas marítimas e modernização no Brasil. São Paulo: NUPAUB/USP, 1993.

_____. **Os pescadores na história do Brasil.** Recife: Comunidade Pastoral dos Pescadores, 1988.